



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA N. 03/2011
PROCESSO N. 97.631/2011
EDITAL

A **Comissão Permanente de Licitação do TRT da 19ª Região**, instituída pelo Ato TRT GP n. 81 de 1993, e designada pelo ATO TRT GP n. 079/2010, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, **LC nº 123/2006**, da Lei n. 9.636/98, do Decreto nº 3725/2001, do ATO TRT 19ª n. 206/98 - *que regulamenta a consulta ao SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF*, Resolução CNNPA nº 33, de 09 de novembro de 1977, Código de Defesa do Consumidor (LEI Nº 8.078 DE 11.09.1990), Resolução – RDC Nº 216, de 15 de setembro de 2004 da ANVISA, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação e Normas do INMETRO afetas à matéria, fará realizar licitação, na modalidade **Concorrência**, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL**, sendo que o preço total referencia aceito pelo TRT -19ª Região será de R\$88,30, para contratação de empresa especializada na exploração de lanchonete - salão com 8,695m² com capacidade para 16 lugares, mediante cessão administrativa de uso de área, com a utilização das instalações já existentes na Vara do Trabalho de Porto Calvo deste Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, localizada na Rodovia AL 101 Norte, s/n, Km 100, Fazenda Breguede, em Porto Calvo/AL.

LOCAL, DATA E HORÁRIO

Sede da Vara do Trabalho de Porto Calvo, situado na Rodovia Al 101 Norte, Km 100, Fazenda Breguedé – Porto Calvo/AL.

DATA 15 de julho de 2011

Horário: 11:00h

ATOS A SEREM PRATICADOS:

- a) Recebimento dos envelopes de **Documentação e Proposta**;
- b) Abertura dos envelopes de **Documentação**;
- c) Divulgação das firmas **habilitadas e inabilitadas**;
- d) Abertura dos envelopes de **Proposta** das firmas **habilitadas**;
- d) Divulgação da **licitante vencedora** desta Concorrência, em sessão pública com a presença de todos os licitantes ou, não sendo possível, mediante publicação no D.O.U. Se na data supracitada não houver expediente, esta **Concorrência** será realizada na primeira data subsequente de funcionamento que lhe seguir
- e) Devolução dos envelopes **Proposta** às firmas **Inabilitadas**;

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem como objeto a contratação da cessão onerosa do uso de área (salão de 8,695 m², com capacidade para 16 lugares) destinados à prestação de serviços de lanchonete, cuja dependência está localizada na Rodovia AL 101 Norte, s/n, Km 100, Fazenda Breguede, em Porto Calvo/AL., nos termos e condições estabelecidos neste Edital e seus anexos.

CAPÍTULO II - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A CESSIONÁRIA deverá prestar os serviços de atendimento na lanchonete, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 14:00 horas, sem interrupção, ressalvados os dias em que não houver expediente na cedente.

2.2. Os serviços compreendem o fornecimento de lanches.

2.2.1 Os alimentos deverão ser servidos imediatamente após o seu preparo, observadas as LISTAS/CARDÁPIO constantes do Anexo I deste Edital para a lanchonete.

2.2.2. O horário de funcionamento da lanchonete poderá sofrer alterações de acordo com a necessidade estabelecida pela CEDENTE, desde que, previamente informado à CESSIONÁRIA;

2.2.3 A CEDENTE poderá, a seu critério, avisando previamente a CESSIONÁRIA, utilizar o refeitório da lanchonete, fora do horário de lanche, para promover eventos/confraternizações de sua organização.

2.2.4 A estimativa de público diário é de 40 usuários para o lanche.

2.2.5. A indicação desse quantitativo não constitui qualquer compromisso presente ou futuro por parte da CEDENTE, que não poderá ser responsabilizada por variações, que possam ocorrer durante a execução do contrato, na quantidade de lanches a serem servidos.

2.5.6. O cardápio deverá ser elaborado pela CESSIONÁRIA, considerando as sugestões contidas no Anexo I deste Edital.

2.5.7. Todos os alimentos expostos no balcão de distribuição deverão ser mantidos em temperaturas adequadas ao consumo imediato até o término do horário previsto para os lanches e identificados por meio de placas, etiquetas ou similares.

2.5.8. Os itens previstos para o cardápio poderão sofrer alterações, considerando-se a safra de alimentos, as datas comemorativas e a aceitação por parte dos usuários da lanchonete, desde que aprovados pelo Fiscal do Contrato.

2.5.9. É terminantemente proibido o uso de descartáveis, exceto os copos para água, refrescos e café.

2.5.10. Deverão ser oferecidas, no mínimo, bebidas não alcoólicas, refrigerantes em garrafas ou latas e sucos naturais.

2.5.11. A CESSIONÁRIA deverá fornecer, diariamente, no mínimo, os itens constantes do Anexo I deste Edital, podendo suspender o fornecimento daqueles que não tenham aceitação junto aos consumidores ou que se encontrem comprovadamente em falta no mercado, devendo ser providenciado um produto substituto.

2.5.12. Não será permitida a venda ou exposição de bebidas alcoólicas, na lanchonete, sob pena de rescisão contratual.

CAPÍTULO III - DOS PROFISSIONAIS

3.1 Para uma execução eficiente dos serviços, conforme experiência anterior, estima-se que a cessionária precisará pelo menos dispor dos seguintes profissionais:

01 auxiliar de cozinha
01 gerente/caixa

3.2 A Cessionária deverá apresentar seus empregados quando em horário de trabalho, nas dependências da concedente, devidamente identificados, mediante uso permanente de crachás, uniformizados, permanentemente limpos, asseados, quer no aspecto pessoal quer no vestuário e calçado, substituindo-se aquele que se encontrar fora dos padrões, por solicitação do Fiscal do Contrato.

3.3. Fornecer uniforme padronizado aos seus empregados que contenha: gorro ou rede para o cabelo, calça comprida ou saia na altura do joelho, camisa ou blusa, toucas, aventais de plástico e de tecido, luvas, sapatos, botas.

3.4. Manter pessoal para atender a demanda, sem interrupções, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregado, ou por qualquer outra razão, mantendo-se sempre o número de empregados suficiente à execução dos serviços.

3.5. A Cessionária deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados ao TRT da 19ª Região e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, na execução dos serviços.

3.6. A Cessionária deverá adotar os critérios de segurança da legislação vigente, tanto para seus empregados, quanto para a execução dos serviços.

3.7. A Cessionária deverá fornecer ao fiscal do contrato, sempre que solicitado, os documentos que comprovem todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.8. A Cessionária deverá fornecer ao fiscal do contrato, até o décimo dia útil após a assinatura do contrato, a lista de seus empregados e respectivos contratos de trabalho (carteira de trabalho), bem como informar qualquer alteração nos contratos de trabalho de seus empregados e contratação de novo empregado. Entenda-se por empregado da Cessionária todo aquele que trabalhe voltado para o objeto deste Edital.

3.9. O TRT da 19ª Região/Cedente poderá requerer, a qualquer momento, que a Cessionária apresente cópia dos contracheques de todos os seus empregados, recibo de vale-transporte, certidão de recolhimento do FGTS e outros documentos.

3.10. A Cessionária é responsável por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços objeto do Contrato, ficando, ainda, a concedente isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

CAPÍTULO IV – DOS PROCEDIMENTOS BÁSICOS

4.1. Para o funcionamento da Lanchonete, a CESSIONÁRIA deverá seguir os **procedimentos mínimos e básicos de higiene** constantes no **Anexo II deste EDITAL.**

CAPÍTULO V - DAS LICITANTES

5.1. Poderão participar desta Concorrência quaisquer interessados que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no **Capítulo X - DA HABILITAÇÃO**, e não estejam inseridos no item 5.2 deste capítulo.

5.2. Não poderão concorrer:

5.2.1 - Empresas que se enquadrarem em uma ou mais das seguintes situações:

- a) que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- b) estejam sob regime de concordata ou falência ou em recuperação judicial ou extrajudicial;
- c) que tenha sócios, empregue ou empregará cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros, Juizes e servidores ocupantes de cargos de direção e assessoramento vinculados ao TRT 19ª Região, na forma da resolução do Conselho Nacional da Justiça nº 09/2005

5.2.2 - Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa proponente, sob pena de responsabilidades administrativas e penais cabíveis, conforme legislação vigente.

5.3. - Não serão admitidas nesta Concorrência empresas em regime de consórcio, nem a subcontratação parcial ou total da cessão.

CAPÍTULO VI – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1. É facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do presente Edital, até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação (documentação), devendo o TRT da 19ª Região, por intermédio da CPL, julgar e notificar o impugnante da decisão, em até 3 (três) dias úteis.

6.2. Eventuais impugnações do Edital, por parte das empresas licitantes, deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação da **Concorrência nº 003/2011**, por escrito, e entregues, diretamente ou por via postal, no Protocolo do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, localizado à **Avenida da Paz, nº 2076, Térreo, Centro - Maceió - AL**. CEP: 57020-440, até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, devendo conter, necessariamente:

- a) identificação e qualificação do impugnante;
- b) data, nome e assinatura do signatário, explicitando-se o cargo, quando se tratar de representante legal da pessoa jurídica, exigindo-se, na hipótese de procurador, procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei;
- c) objeto da impugnação, com a indicação clara dos itens impugnados;
- d) fundamentação do pedido.

6.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a empresa licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Documentação de Habilitação, hipótese em que a comunicação respectiva não terá efeito de recurso.

6.4. Acolhida a impugnação, a Comissão Permanente de Licitação divulgará Aviso de Alteração de Edital no Diário Oficial da União e nos demais meios pelos quais se deu a publicação original, informando as partes do Edital que foram alteradas e, caso a alteração implique a reformulação da Documentação de Habilitação e das Propostas, será reaberto o prazo inicialmente estabelecido para a apresentação desses documentos.

6.5. O não oferecimento, no prazo legal, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega dos **envelopes**, levam a pressupor que a empresa licitante tem dele pleno conhecimento e que o aceita, incondicionalmente, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

CAPÍTULO VII - CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

7.1. Um único representante da empresa proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

7.2. O credenciamento far-se-á através de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, contendo expressamente a outorga de poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações **em decorrência de tal investidura**.

7.3 Caso haja a apresentação de procuração, os poderes do outorgante deverão ser comprovados através de ato constitutivo ou assemelhados, ou ainda, outro documento comprobatório.

7.4. É possível a entrega dos envelopes (habilitação e proposta) pelo representante da licitante, com a simples apresentação da carteira de identidade sem o credenciamento do mesmo. Nestas condições o representante da licitante não poderá apresentar lances verbais, nem tampouco manifestar intenção em interpor recursos administrativos.

CAPÍTULO VIII - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

8.1 Na data, horário e local fixados no preâmbulo deste **edital**, cada **licitante** deverá apresentar à **Comissão Permanente de Licitações**, simultaneamente, sua **documentação e proposta**, em envelopes separados e lacrados, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da razão social ou nome e CPF da **Licitante**, os seguintes dizeres:

CONCORRÊNCIA N. 03/2011
PROCESSO N. 97.631/ 2011
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
ENVELOPE N. 01 (habilitação)

CONCORRÊNCIA N. 03/2011
PROCESSO N. 97.631/ 2011
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO
ENVELOPE N. 02 (proposta)

CAPÍTULO IX - DO PROCESSAMENTO

9.1. A licitante deverá entregar os envelopes lacrados de **Documentação e Proposta** na data, horário e local já fixados no preâmbulo deste edital. **Declarada a abertura da sessão pelo(a) Presidente(a) da Comissão, não mais serão admitidas novas empresas proponentes.**

9.2. A abertura dos envelopes de **Documentação e Proposta** será realizada em sessão pública, da qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pelos membros da **Comissão Permanente de Licitações**.

9.3. Recebidos os envelopes de **Documentação e Proposta** e uma vez iniciada a abertura dos mesmos, não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final do processo licitatório.

9.4. Abertos os **envelopes de Documentação**, a **Comissão Permanente de Licitações**, a seu juízo exclusivo, poderá apreciar os documentos de cada **licitante**, individualmente, podendo, na mesma reunião, divulgar o nome das **licitantes** habilitadas e das inabilitadas ou marcar nova data para a divulgação do resultado, devendo os envelopes de **Proposta das empresas ou pessoas físicas inabilitadas** ser devolvidos devidamente fechados, desde que não tenha havido interposição de recurso ou após a sua denegação.

9.5. Para as empresas cadastradas no SICAF, fica facultada ao (a) Presidente (a) da Comissão a extração, na sessão pública, de declarações porventura existentes naquele sistema, que forem competentes para substituir os documentos relacionados no item 10.2, b; 10.3 e 10.5, b. deste edital, para fins de habilitação da empresa licitante. Essas declarações somente serão válidas para esta licitação se as informações relativas aos respectivos documentos estiverem disponíveis e dentro do prazo de validade naquele sistema.

9.5.1 As declarações serão juntadas ao processo de licitação.

9.5.2. Havendo irregularidade no cadastramento, a licitante será inabilitada.

9.5.3. No caso de a licitante ser inabilitada e comprovar, exclusivamente, mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço, ter entregue a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o presidente da Comissão de Licitação suspenderá os trabalhos e comunicará o fato ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (antigo MARE), consoante o subitem 8.9.1 da IN MARE nº. 5/1995.

9.5.4. Do exame da documentação e/ou declaração da situação do fornecedor junto ao SICAF será lavrada ATA ou relatório circunstanciado com a indicação das empresas e/ou pessoas físicas habilitadas nesta licitação.

9.6. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela **Comissão Permanente de Licitações**.

9.7. Inabilitação da **licitante** importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

9.8. Em seguida, proceder-se-á à abertura dos envelopes de **Proposta das licitantes** habilitadas, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recursos, ou tenha havido desistência expressa ou após o julgamento dos recursos interpostos.

9.9. Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela **Comissão Permanente de Licitações**.

9.10. Ultrapassada a fase de habilitação das licitantes e abertos os **envelopes Proposta**, não caberá desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes só conhecidos após o julgamento.

9.11. Se não houver tempo suficiente para a abertura dos **envelopes de Documentação e Proposta**, em uma única sessão, face o exame da documentação, os envelopes não abertos, já rubricados, ficarão em poder da **Comissão Permanente de Licitações** até a data e horário oportunamente marcados para a continuidade do evento.

9.12. Levando-se em conta a atividade específica da licitante e o interesse do **Tribunal**, é facultada à **Comissão Permanente de Licitações** ou à autoridade superior, em qualquer fase desta **Concorrência**, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas.

9.13. Todos os documentos e igualmente as propostas serão rubricadas pelos membros da CPL e pelos representantes legais das licitantes presentes à Sessão

CAPÍTULO X - DA HABILITAÇÃO - ENVELOPE N. 01

10.1. A habilitação far-se-á mediante a apresentação dos documentos de que tratam os artigos 27 a 31 da Lei n.º 8.666/93 e de outros correlatos, devendo ser entregues, preferencialmente de forma ordenada, conforme relação a seguir, para maior rapidez durante a conferência e exame pertinente:

10.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cédula de identidade do representante legal;

b) Tratando-se de sociedade comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as alterações, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, com as devidas adaptações, conforme determina o art. 2.031 do Código Civil Brasileiro em vigor, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, quando o licitante for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de que a diretoria está em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir; e.

e) No caso de empresa individual, comprovação de registro comercial.

10.3. REGULARIDADE FISCAL E OUTRAS DECLARAÇÕES

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- c) Prova de regularidade junto à Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social: CND - Certidão Negativa de Débito, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS ou pela Secretaria da Receita Federal;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de FGTS - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) Declaração de inexistência de fato impeditivo na habilitação, na forma do parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 8666/93, e de atendimento ao disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93 conforme modelo **constante nos anexos IX e VI** deste edital;
- g) Declaração de que não tem sócios, emprega ou empregará cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros, Juizes e servidores ocupantes de cargos de direção e assessoramento vinculados ao TRT 19ª Região, na forma da resolução do Conselho Nacional da Justiça nº 09/2005, conforme modelo constante no **anexo VIII** deste Edital;
- h) Declaração de que a empresa através de seu representante visitou a área física objeto desta licitação, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos serviços que se propõe, em conformidade com o modelo do anexo **V**.

Obs: A declaração é de responsabilidade exclusiva da proponente, não sendo fornecido pelo TRT da 19ª Região nem sendo necessária assinatura de servidor do Tribunal no documento.

- i) Planilha de dados preenchida na forma do **anexo VII** deste edital. A não entrega da planilha de dados na forma do anexo acima mencionado não implicará a inabilitação da licitante do certame licitatório, devendo, o (a) Presidente(a) conceder prazo para sua apresentação.

10.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso não possuam prazos de validade, somente serão aceitas com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas;

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do resultado do **último exercício social** já exigíveis e apresentados **na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da EMPRES, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 meses da data da apresentação da proposta;

10.5.1 A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de **Liquidez Geral (LG)**, **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)**, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

a) as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

a.1) caso o memorial não seja apresentado, a CPL reserva-se o direito de efetuar os cálculos;

10.5.2. Na falta das certidões referidas no subitem. **10.2** e/ou dos documentos relacionados no subitem **10.3 e 10.5**. será facultado à CPL a verificação das informações relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira junto ao SICAF.

Caso os índices do subitem 10.5.1 sejam inferiores a 1(um) será considera de boa situação financeira, a empresa que apresentar patrimônio líquido não excedente a 10% do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitindo a atualização para esta data através de índices oficiais.

CAPÍTULO XI – DA PROPOSTA – ENVELOPE N. 02

11.1 A **proposta** contida no **Envelope n. 02** seguirá o modelo do Anexo **XII** deste edital e deverá ser apresentada da seguinte forma:

a) digitada ou impressa em formulário contínuo, de preferência, redigida com clareza, sem emenda, acréscimo, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas;

b) a **cotação para os preços dos produtos, em moeda nacional, devendo o preço ser expresso em algarismos e por extenso;**

c) razão social do proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e, se houver endereço eletrônico, para contato, como também nome completo do representante legal que firmara o contrato, com respectiva qualificação, no de RG e CPF, endereço com CEP, telefone, fax e, se houver endereço eletrônico, para contato;

d) declaração de que tem plena ciência do recolhimento mensal em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, da importância de **R\$ 110,00 (cento e dez reais)** a título de despesas com consumo de água e energia, **bem como o valor total da conta mensal do telefone (ramal) disponibilizado para dependência da lanchonete;**

e) declaração de que terá disponibilidade de equipamentos e pessoal especializado e outros considerados essenciais para o cumprimento do objeto da presente licitação; e

f) declaração que a licitante vencedora se compromete a prestar os serviços em total conformidade com as especificações dos termos do edital e seus anexos.

11.2 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias.

CAPÍTULO XII – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

12.1 O julgamento da licitação será o critério de **MENOR PREÇO TOTAL DOS LANCHES**, sendo que o **Preço Unitário de Referência deste TRT da 19ª Região foi estimado no valor de R\$ 88,30 (oitenta e oito reais e trinta centavos)**, conforme indicado no Anexo I deste edital, o qual foi obtido por meio de pesquisa de mercado.

a) No caso de absoluta igualdade de preços entre duas ou mais propostas, será realizado sorteio entre elas, conforme disposto no § 2º do art. 45 da Lei 8.666/93, ficando o resultado deste sorteio constando em ata e ratificado pelos representantes das empresas.

b) O sorteio definirá a classificação das propostas de preços dos licitantes que apresentarem igual oferta, considerando o disposto no item anterior. As propostas de preços das demais licitantes seqüenciarão a classificação, considerando-se a ordem crescente dos preços unitários.

c) Não serão tomadas em consideração as vantagens não previstas nesta licitação.

d) Analisadas as propostas, serão desclassificadas as que deixarem de atender às exigências desta licitação, e apresentarem proposta alternativa.

e) Realizado o julgamento, será encaminhado o processo, juntamente com as propostas e seus anexos, à Exma. Senhora Desembargadora Presidente do TRT da 19ª Região para adjudicação e homologação, indicando-se o licitante vencedor.

CAPÍTULO XIII – DO DIREITO DE RECURSOS

13.1 Das decisões da Comissão Permanente de Licitação caberão recursos dirigidos à autoridade competente do TRT da 19ª Região, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação da empresa licitante;
- b) julgamento das propostas; ou
- c) anulação ou revogação da licitação.

13.1.1. Os recursos previstos nas alíneas “a” e “b” do subitem 13.1 terão efeito suspensivo.

13.1.2. O Recurso, devidamente fundamentado, deverá ser dirigido à autoridade competente do TRT da 19ª Região, por intermédio da CPL, e protocolado no Setor de Protocolo do Edifício Sede do TRT da 19ª Região, situado na Avenida da Paz, 2076, Centro, Térreo, em Maceió – AL, em horário normal de expediente da repartição.

13.1.3. Recebido o Recurso, o presidente da Comissão Permanente de Licitação comunicará às demais empresas licitantes para, querendo, impugná-lo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.1.4. Expirado o prazo para impugnação, com ou sem a manifestação das demais empresas licitantes, a Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, procederá à análise do Recurso, podendo reconsiderar sua decisão ou submetê-lo, devidamente informado, à autoridade competente do TRT da 19ª Região, que o julgará no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

CAPÍTULO XIV - OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

14.1 Caberá à licitante vencedora:

Afixar, em local visível, ou seja, na entrada da lanchonete e junto ao balcão de atendimento, a **tabela de preços de todos os produtos comercializados**, a qual deverá ser impressa, tipo cartaz;

14.2. Utilizar em todas as mesas toalhas brancas em tecido liso de boa qualidade, guarnecidas com recipientes apropriados, sal de cozinha, palitos embalados individualmente, azeite de oliva, vinagre, molho de pimenta e guardanapos;

14.3 Substituir, sempre que houver necessidade, todas as toalhas, sendo a lavagem dessas toalhas efetuada por conta da CESSIONÁRIA e, obrigatoriamente, fora das dependências da CEDENTE;

14.4. Efetuar o abastecimento dos alimentos somente pela entrada ao lado, cujo acesso dar-se-á pela parte lateral do prédio, a partir das 07h30min.

14.5. Utilizar, exclusivamente, as áreas de serviço do edifício para o transporte de materiais;

14.6. Efetuar o acondicionamento do lixo em sacos plásticos próprios e perfeitamente vedados, e retirá-los diariamente de acordo com as normas sanitárias vigentes, no horário compreendido entre 14h00min às 16h00min horas;

14.7. Manter o padrão de qualidade dos lanches e de atendimento pessoal, desde o primeiro até o último dia de vigência do contrato;

14.8. Aceitar que, por conveniência administrativa, a CEDENTE possa alterar a qualquer época a localização das instalações, aumentar ou diminuir a área ocupada, desde que, comunicando a CESSIONÁRIA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

14.9. Credenciar, por escrito, junto à CEDENTE, um preposto idôneo, com experiência no ramo e com poderes para representar a cessionária em tudo que se relacione à execução dos serviços;

14.10. Fornecer todos os utensílios necessários ao perfeito funcionamento do restaurante e lanchonete, devendo tais utensílios serem novos;

14.11. Repor, com qualificação idêntica ou superior, bem patrimonial desaparecido ou com defeito insanável, decorrente do uso inadequado ou por falta de manutenção, que esteja sob a guarda e responsabilidade da CESSIONÁRIA;

14.12. Somente retirar qualquer bem móvel ou equipamento de propriedade da CEDENTE, mediante autorização expressa da área responsável do TRT da 19ª Região;

14.13 Preparar os lanches (sanduíches) na hora, nas dependências da lanchonete, devendo entregá-los aos usuários devidamente acondicionados em sacos de papel apropriados ou envolvidos em embalagens especiais;

14.14. Prover-se de suficiente retaguarda de troco para atender prontamente aos consumidores;

14.15. Responsabilizar-se pelo cumprimento fiel do que estabelecem as cláusulas e condições do Contrato a ser firmado, de forma que os serviços a serem executados mantenham um alto nível de qualidade;

14.16. Dispor de profissionais uniformizados e em número suficiente para atendimento nos horários de maior procura da lanchonete, devendo sempre dispensar atendimento cordial, rápido e eficiente;

14.17. Fornecer uniformes aos seus empregados devidamente limpos e bem passados, portando crachá de identificação, em totais condições de higiene quer no aspecto pessoal, quer no aspecto vestuário e calçado, mantendo necessariamente, o rosto barbeado, unhas e cabelos curtos ou presos e proteção para os cabelos, não utilizando anéis, pulseiras etc.;

14.18. Manter quantidades suficientes de alimentos para o atendimento dos cardápios pré-estabelecidos, de forma que, durante o horário de funcionamento, não falte nenhum dos

itens das tabelas divulgadas, zelando sempre pela boa qualidade dos produtos adquiridos e comercializados, utilizando matérias-primas adequadas, observando o padrão de qualidade quanto aos critérios organolépticos, higiênico-sanitários e nutricionais;

14.19. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de higiene, qualidade e validade dos alimentos, exigidas na licitação, disponibilizando todo o ferramental necessário para a execução dos serviços, apresentando, sempre que solicitado pela CEDENTE, documentos que comprovem a procedência dos alimentos e utensílios utilizados;

14.20. Manter para a execução dos serviços, empregados devidamente registrados e de comprovada idoneidade moral e capacidade profissional, mantendo as carteiras de saúde dos seus empregados devidamente atualizadas e, igualmente, se responsabilizando por todos os impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas. Apresentar, quando do início das atividades, Carteira de Saúde dos empregados envolvidos na prestação dos serviços, **cuja validade será de 6 (seis) meses**, devendo ser renovada a cada período;

14.21. Providenciar para que todos os funcionários tenham comprovadamente participado de treinamento específico na sua área de atuação;

14.22. Respeitar as normas e procedimentos da CEDENTE, quanto à segurança interna (entrada e saída de pessoal e material), além de respeito às normas de segurança do trabalho, ficando o acesso dos empregados da CESSIONÁRIA, restrito a dependências da lanchonete, responsabilizando-se pelas conseqüências que advier de qualquer transgressão das normas em vigor;

14.23. Utilizar as instalações e os equipamentos fornecidos, exclusivamente no cumprimento do objeto pactuado;

14.24. **Ressarcir** à CEDENTE, a título de despesas com o consumo de água e energia elétrica, **mensalmente, até 10 (dez) dias corridos**, a contar da notificação feita pelo Fiscal do Contrato, o valor **mensal de R\$ 110,00 (cento e dez reais)**.

14.24.1. O valor mensal a título de ressarcimento de despesas com consumo de água e energia elétrica será reajustado anualmente de acordo com a variação de IGPM, tomando-se como índice inicial aquele vigente no mês anterior ao da celebração do contrato e como índice final o vigente no mês anterior ao do reajuste devido.

14.24.2. O valor mensal a título de ressarcimento de despesas com consumo de água e energia elétrica será recolhido por Guia de Recolhimento da União – GRU, devendo a CESSIONÁRIA entregar a cópia do comprovante de recolhimento ao fiscal do contrato.

14.25. **Arcar com as despesas de consumo de gás**, ficando o seu abastecimento, controle e estoque sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;

14.26. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da autoridade encarregada de acompanhar a execução dos serviços, com acompanhamento da Secretaria

Administrativa do TRT, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

14.27. Cumprir todas as normas regulamentares sobre higiene, medicina e segurança do trabalho, responsabilizando-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem, e pela observância das demais exigências legais para o exercício da atividade;

14.28. Assegurar que os empregados cumpram as regras de higiene e identificação, substituindo, **no prazo de 48(quarenta e oito) horas**, aquele cuja conduta, a juízo da CEDENTE, seja inconveniente ou inadequada à perfeita execução dos serviços;

14.29. Prestar os serviços dentro dos parâmetros de qualidade e higiene fixados pelos órgãos de fiscalização sanitária competentes, com especial atenção aos termos da Resolução **ANVISA RDC Nº 216, de 15/09/2004**, disponibilizando materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas;

14.30. Facilitar à fiscalização de órgãos de vigilância sanitária, no cumprimento de normas, cientificando a cedente do resultado das inspeções;

14.31. Utilizar produtos de limpeza adequados à natureza dos serviços, tais como: detergente com alto poder bactericida, para a ampla higienização do ambiente, equipamentos e utensílios de cozinha, bem como das mãos dos funcionários que manipulam alimentos;

14.32. Manter todas as áreas do salão, cozinha e depósito, no mais rigoroso padrão de higiene, limpeza e arrumação;

14.33. Manter sob rigoroso processo de higienização e conservação as bandejas, pratos e talheres, visando à garantia da sanidade microbiológica dos mesmos;

14.34. Providenciar, junto aos órgãos competentes, a **obtenção de licenças, autorização de funcionamento e alvará**, para o exercício de suas atividades comerciais;

14.35 - Realizar dedetização e desratização **a cada 6 meses, ou períodos inferiores, por solicitação da CEDENTE**, caso as instalações apresentem-se infestadas com insetos e/ou pragas. A dedetização deverá ser feita no final do expediente de sexta-feira, devendo sofrer faxina geral, no fim de semana, para retirada dos insetos mortos e asseio das instalações. A dedetização e a faxina deverão ser acompanhadas por servidor especialmente designado pela CEDENTE.

14.36 Corrigir, no prazo determinado pela CONCEDENTE, as eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, a partir da ocorrência verificada pelo Fiscal do Contrato;

14.37. Fornecer notas fiscais ou documentos equivalentes, a todos os consumidores dos seus produtos, quando solicitado;

- 14.38. Não veicular publicidade acerca do Contrato, sem a anuência da CEDENTE.
- 14.39. Refazer ou substituir, no todo ou em parte, os alimentos constantes do cardápio do dia, considerados pelo fiscal do Contrato sem condições de serem consumidos;
- 14.40. Realizar as benfeitorias que julgar necessárias, **somente mediante autorização da CEDENTE**, ficando incorporadas ao imóvel, sem que assista à CESSIONÁRIA o direito de retenção ou indenização sob qualquer título.
- 14.41. Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas assegurando que os empregados cumpram as regras de higiene e identificação, substituindo aquele cuja conduta, a juízo da CEDENTE, se evidencie inconveniente ou inadequada à perfeita execução dos serviços;
- 14.42. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração e a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo ou pela ação de seus empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e o acompanhamento da concedente.
- 14.43. **Não subconceder ou subcontratar**, total ou parcialmente, o objeto deste Edital.
- 14.44. Aceitar como forma de pagamento dos serviços de lanchonete, dinheiro ou cartão magnético de débito ou crédito e/ou cartão refeição;
- 14.45. Manter os alimentos em temperaturas adequadas ao consumo imediato até o último minuto do horário previsto para as refeições;
- 14.46. **Ressarcir à CEDENTE, mensalmente**, até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação feita pelo Gestor do Contrato, **o valor correspondente ao total da conta de telefone (ramal)** instalado na lanchonete. Não será cobrado ao CONCESSIONÁRIO valor referente a aluguel pela área cedida.

CAPÍTULO XV – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

15.1 Caberá ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região:

- 15.1.1 Comunicar à CESSIONÁRIA toda e qualquer ocorrência relacionada à execução dos serviços contratados;
- 15.1.2. Proporcionar as facilidades para que a CESSIONÁRIA possa executar seus serviços, dentro das normas do futuro Contrato, prestando as informações e os esclarecimentos solicitados pela Cessionária;
- 15.1.3. Fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento da alimentação objeto deste Projeto Básico, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;

15.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de servidor especialmente designado que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo;

15.1.5. Examinar, a qualquer tempo, a quantidade e a qualidade dos lanches preparados pela CESSIONÁRIA por meio do Setor de Saúde da CEDENTE/por meio da contratação de terceiros nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93;

15.1.6. Verificar diariamente as condições e higiene, limpeza e asseio dos equipamentos onde são servidos os alimentos, bem como de todas as instalações;

15.1.7. Designar servidor para acompanhar a execução do contrato bem como a dedetização e a faxina geral, que deverão ocorrer fora do expediente ou durante o fim de semana;

15.1.8. Exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado ou preposto que não mereça confiança na execução dos serviços ou que produza complicações para a fiscalização, ou, ainda, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

15.1.9. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

15.1.10. Realizar pesquisa de opinião da clientela do restaurante e da lanchonete, visando apurar o grau de *satisfação dos usuários* sobre os serviços prestados, sugerindo alterações ou remoção dos itens abaixo da expectativa.

CAPÍTULO XVI - DO FISCAL DO CONTRATO

16.1 São atribuições do Fiscal do Contrato:

- a) Encaminhar à Secretaria Administrativa os documentos com as ocorrências que impliquem possíveis sanções à Cessionária;
- b) Solicitar à Cessionária e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento da avença;
- c) Verificar a conformidade da execução dos serviços com os procedimentos e equipamentos empregados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
- d) Assegurar-se de que o número de empregados alocados ao serviço pela Cessionária é suficiente para o seu bom desempenho;
- e) Documentar as ocorrências havidas, em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da Cessionária;
- f) Fazer vistorias periódicas no local de preparo, acondicionamento e onde são servidos os lanches, relatando o que julgar necessário;
- g) Propor, quando julgar necessário, vistoria a ser realizada pela Saúde Pública, bem como relatar à autoridade do órgão as ocorrências que exijam intervenção dela;
- h) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato observando as responsabilidades da Cessionária, bem assim indicar as ocorrências verificadas.

CAPÍTULO XVII – DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO

17.1 A cedente poderá realizar, periodicamente, pesquisa de satisfação com o objetivo de avaliar a qualidade do serviço prestado pela empresa vencedora, onde cada item será avaliado como ótimo, bom, regular, ruim e péssimo.

17.2 A pesquisa de satisfação deverá entrevistar a clientela que utilizem os serviços de lanchonete do Cedente;

17.3 A pesquisa de satisfação deverá avaliar os seguintes aspectos:

- a) qualidade dos lanches;
- b) qualidade dos sucos;
- c) variedade do cardápio;
- d) presteza no atendimento;
- e) limpeza do ambiente;
- f) preço, em relação a qualidade dos produtos e serviços oferecidos;
- g) nível geral de satisfação;
- h) outros aspectos necessários.

17.4 Os itens das pesquisas de satisfação serão considerados insatisfatórios quando o somatório de péssimo, ruim e metade de regular for igual ou maior que 50% (cinquenta por cento);

17.5 A pesquisa de satisfação será considerada satisfatória quando todos os itens forem satisfatórios, isto é, obtiverem somatório de ótimo, bom e metade de regular acima de 50% (cinquenta por cento);

17.6 Sempre que o resultado de cada pesquisa de satisfação for insatisfatório, a Administração deverá:

- a) indicar a empresa cessionária os itens insatisfatórios;
- b) solicitar a imediata melhoria dos itens em questão.

17.7 O período entre duas avaliações não poderá ser inferior a 03 (três) meses.

CAPÍTULO XVIII – DO RESULTADO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO

18.1 Caso a pesquisa de satisfação apresente resultado satisfatório a empresa cessionária continuará com a cessão até a realização de uma nova pesquisa ou o fim da vigência do contrato;

18.2 Caso a pesquisa de satisfação apresente resultado insatisfatório:

- a) em até 03 (dois) itens, será encaminhada comunicação formal a fim de obter a imediata resolução dos problemas apresentados;

- b) acima de 04 (três) itens, a administração aplicará advertência à empresa cessionária;
- c) de 05 (seis) a 07 (sete) itens, a administração poderá aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do faturamento mensal estimado, conforme especificado no item 22.9 16.10;
- d) de 08 (oito) a 10 (dez) itens, a administração poderá aplicar multa de 7% (sete por cento) sobre o valor do faturamento mensal estimado, conforme especificado no item 22.9, podendo rescindir o contrato;

18.3 Caso haja reincidência de pesquisa de satisfação, em período inferior a 12 (doze) meses, com resultado insatisfatório:

- a) a administração aplicará advertência à empresa cessionária;
- b) de 04 (três) a 06 (cinco) itens, a administração poderá aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do faturamento mensal estimado, conforme especificado no item 22.9;
- c) de 07 (seis) a 10 (dez) itens, a administração poderá aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do faturamento mensal estimado, conforme especificado no item 22.9, podendo rescindir o contrato;

18.4 Após a aplicação de 02 (duas) advertências em um período inferior a 12 (doze) meses a Administração aplicará multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do faturamento mensal estimado;

18.5 Após a aplicação de 03 (três) multas em um período inferior a 12 (doze) meses a Administração poderá rescindir o contrato;

CAPÍTULO XIX – DO PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

19.1 O **prazo para o início** dos serviços objeto deste edital, **no máximo, 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da **data da celebração do contrato**.

19.2 As especificações dos serviços a serem prestados estão descritas no **Anexo I deste edital**.

CAPÍTULO XX - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1 O Contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II, artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

CAPÍTULO XXI – DO PREÇO E DO REAJUSTE

21.1 O objeto será contratado por item ofertado na proposta da licitante vencedora, que será fixo e irrevogável por um período de 12 (doze) meses, quando então se promoverá a sua correção de acordo com a variação do Índice Geral de Preços (IGP) – Coluna 2 – DI, da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se como índice inicial aquele vigente no mês anterior

ao da celebração do contrato e como índice final o vigente no mês anterior ao do reajuste devido.

21.2 O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d”, do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CAPÍTULO XXII – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Pelo descumprimento total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo retardamento na sua execução o Cedente poderá, garantida a prévia defesa da cessionária, no prazo legal, aplicar as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multas de até:

b.1) 1% (um por cento) sobre o valor mensal estimado do Contrato, por descumprimento do cardápio previsto, no caso de reincidência após ser alertada pelo fiscal do contrato;

b.2) 2% (dois por cento) sobre o valor mensal estimado do Contrato, por danos causados ao patrimônio da CEDENTE sob responsabilidade da cessionária, sem prejuízo das indenizações cabíveis;

b.3) 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal estimado do Contrato, por dia de interrupção da prestação dos serviços;

b.4) 1% (um por cento) sobre o valor mensal estimado do Contrato, por qualquer infração às disposições do edital ou às cláusulas ou condições contratuais, salvo nas hipóteses para as quais se tenha fixado penalidade específica;

c) multas, atreladas aos resultados da pesquisa de satisfação, regulada neste edital;

d) suspensão temporária do direito de participar, por um prazo de até 02 (dois) anos, em licitação e impedimento de contratar com CEDENTE; e

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a CEDENTE que aplicou a penalidade, que será cedida sempre que o contratado ressarcir a CEDENTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

22.2. A aplicação das sanções previstas neste EDITAL não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas no edital e na Lei nº 8.666/1993, inclusive a responsabilização da CESSIONÁRIA por eventuais perdas e danos causados à CEDENTE.

22.3. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CEDENTE.

22.4. As sanções previstas neste EDITAL são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.5. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução dos serviços advier de caso fortuito ou de força maior.

22.6. A atuação da CESSIONÁRIA no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, conforme determina o § 2º, do art. 36, da Lei nº 8.666/1993.

22.7. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CESSIONÁRIA o contraditório e a ampla defesa.

22.8. Para fins de aplicação das penalidades, considerar-se-á o valor mensal estimado de R\$ 1.760,00 (um mil, setecentos e sessenta reais), que corresponde à previsão de 440 lanches/mês, ao valor estimado médio, por lanche, de R\$ 4,00 (quatro) reais/por usuário, perfazendo o valor anual estimado de R\$ 21.120,00 (vinte e um mil cento e vinte reais).

CAPÍTULO XXIII - CONSIDERAÇÕES GERAIS

23.1 A participação nesta licitação implica a plena aceitação dos termos e condições deste Edital e seus anexos bem como das normas administrativas vigentes;

23.2. O TRT reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, exceto quanto ao caso previsto no parágrafo único do art. 59 da citada lei;

23.3. A licitante vencedora será regularmente convocada para assinar o termo de contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis e nas condições estabelecidas neste Edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93;

23.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;

23.5. Fica facultado ao cedente se o convocado não retirar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93;

23.6. Os interessados em adquirir ou obter esclarecimentos sobre este Edital, serão atendidos no horário das 12h00min às 16h30min horas, de segunda a quinta, e das 08h00min às 13h30min horas na sexta feira, na sala da Comissão Permanente de Licitações, situada na Avenida da Paz, nº 2076, sala 603, Centro, nesta Capital, ou através do telefone nº 082 - 2121.8182, ou FAX nº 082 -2121.8181;

23.7. Os casos omissos, bem como as dúvidas suscitadas serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações, que se valerá da Lei 8.666/93 e suas alterações;

23.8. É competente o Fórum do Juízo Federal da Seção Judiciária em Alagoas para dirimir quaisquer litígios da presente licitação.

23.9. Integram este edital ONZE anexos, a saber:

Anexo I – Tabela de preços unitários de referência do TRT da 19ª Região;

Anexo II – Procedimentos mínimos e básicos de higiene;

Anexo III- Relação dos bens e utensílios a serem disponibilizados pela cessionária para a lanchonete;

Anexo IV – Modelo de relatório mensal de atendimentos;

Anexo V – Modelo de declaração de vistoria;

Anexo VI – Modelo de declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Anexo VII- Planilha de dados da empresa;

Anexo VIII – modelo da Declaração na forma da Resolução do Conselho Nacional da Justiça nº 09/2005;

Anexo IX – Declaração de inexistência de fato impeditivo na habilitação

Anexo X – Modelo de proposta

Anexo XI - Minuta contratual;

Maceió, 10 de maio de 2011.

André Luiz Ferreira Santos
Presidente da CPL

Maria Nely Duarte Ribeiro
Membro da CPL

Ivone Emiliano dos Santos
Membro da CPL

ANEXO I
Processo nº 97.631/2011
Concorrência nº 03/2011

TABELA DE PREÇOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA DO TRT DA 19ª REGIÃO

Itens comercializados pela lanchonete	Preço (R\$)
Água mineral sem gás – garrafa de 500 ml	1,50
Água mineral com gás – garrafa de 500 ml	1,75
Americano	1,80
Bolo simples	1,50
Bolo de chocolate	2,50
Brigadeiro, salgadinho e casadinho	1,50
Café – xícara 50 ml	0,50
Cappuchino – xícara 200 ml	2,00
Chá – xícara 200 ml	0,75
Fruta – unidade (manga, maçã, pêra)	1,10
Iogurte natural – diversos sabores (copo 200 ml)	1,80
Leite com achocolatado xícara 200 ml	1,10
Leite com achocolatado copo 300 ml	1,50
Leite com café copo 300 ml	1,30
Leite puro xícara com 200 ml	0,70
Leite puro - copo 300 ml	1,00
Pão com manteiga	0,80
Pão com ovo e manteiga	1,30
Pudim de leite condensado	1,50
Refresco – copo 300 ml	1,00
Refresco – copo 500 ml	1,50
Refrigerante – lata 350 ml	2,00
Refrigerante 600 ml	2,70
Refrigerante 2,00 litros	4,50

Salada de frutas simples	1,50
Salada de frutas completa	2,00
Salgado – empada de camarão ou de palmito	2,00
Salgados – coxinha, pastel, enroladinho de salsicha, risoli de frango e de carne	1,80
Sanduíche – bauru	2,00
Sanduíche - misto quente	1,80
Sanduíche natural	3,00
Sanduíche queijo quente	1,60
Sanduíche presunto quente	1,60
Suco com leite	2,70
Suco de açaí, cupuaçu ou graviola	2,20
Suco de frutas (polpa ou fruta in natura) – copo 300 ml	2,00
Suco de frutas (polpa ou fruta in natura) – copo 500 ml	3,00
Suco de laranja – copo 300 ml	2,00
Suco de laranja – copo 500 ml	3,00
Suco de diversos sabores – caixinha 200 ml	2,00
Suco misto – copo 300 ml	2,50
Passaporte de carne	2,50
Passaporte de frango	3,00
Pão de queijo	1,20
Torta doce e torteletes	2,50
Vitamina simples – copo 300 ml	2,00
Vitamina simples – copo 500 ml	2,80
PREÇO TOTAL DE REFERÊNCIA	88,30

PROCEDIMENTOS MÍNIMOS E BÁSICOS DE HIGIENE

DOS ALIMENTOS

As pessoas que trabalham na área de alimentação deverão dispensar cuidados ao manusear os alimentos a fim de evitar contaminação dos mesmos, tais como:

- a) Lavar constantemente as mãos utilizando sabão e água em abundância
- b) Não tocar nos alimentos se estiver com algum ferimento nas mãos;
- c) Lavar muito bem em água corrente as verduras, legumes e frutas, utilizando escovação manual, se for necessário, de forma a retirar todas as impurezas, colocando-as de molho em solução clorada para desinfecção;
- d) Manter os alimentos sempre cobertos;
- e) Cozinhar bem os alimentos;
- f) Não falar, tossir, ou espirrar sobre os alimentos;
- g) Não utilizar sob hipótese alguma, alimentos com prazo de validade vencido.

DOS UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS

Para evitar a contaminação dos utensílios e equipamentos deverão ser diariamente observados os aspectos de higiene de todo o material utilizado durante o dia, sendo rigorosamente proibida a reutilização de utensílios anteriormente utilizados e não lavados.

- a) Lavar os utensílios que caírem no chão;
- b) Deixar os utensílios limpos sempre cobertos;
- c) Utilizar espátula ou esponja para retirar restos de alimentos dos pratos sujos evitando o contato das mãos nos utensílios, onde os alimentos são colocados;
- d) Retirar de uso os pratos, travessas, copos, bandejas e demais itens, que estiverem lascados, trincados ou manchados;
- e) Os pratos, talheres, bandejas, devem ser higienizados com álcool a 70%, após a lavagem;
- f) Servir os lanches em pratos de louça branca, sobre bandejas perfeitamente estáveis e de boa qualidade. Os talheres deverão se encontrar ensacados (individualmente), e os lanches entregues aos usuários devidamente acondicionados em sacos de papel apropriados, ou envolvidos em embalagens especiais;
- g) Diariamente proceder à limpeza geral dos móveis e equipamentos (mesas, cadeiras, balcões térmicos, fogões, cubas e os utensílios/eletrodomésticos da cozinha, inclusive talheres, pratos e bandejas) com produtos adequados.

Os panos utilizados para higiene de piso devem ser lavados em local apropriado, preferencialmente em tanques próprios, equipados com torneiras de água corrente e ralos

encanados aos esgotos, com detergentes adequados, após o que devem ficar de molho em soluções cloradas por no mínimo uma hora;

Semanalmente deverá ser efetuada limpeza, de acordo com os seguintes critérios:

- a) limpeza dos filtros dos terminais do sistema de exaustão e coifas até a completa remoção da gordura ali acumulada;
- b) lavagem e limpeza completa das paredes azulejadas, vidros e esquadrias, grades, etc, considerando os lados interno e externo;
- c) limpeza das paredes pintadas, portas, rodapés e móveis com flanela úmida e detergente neutro.

DO AMBIENTE

Para evitar a contaminação do ambiente deverão ser diariamente observados os aspectos de higiene das áreas que compõem a cozinha, restaurante e lanchonete, freezers e despensa, conservando-as no mais rigoroso padrão de higiene, arrumação e segurança;

Em qualquer momento, antes, durante e depois do horário das refeições, deverá ser efetuada a limpeza do local;

Após o término do horário de funcionamento proceder diariamente à limpeza de pias, sifões, torneiras, registros, trincos das portas e demais metais, utilizando produtos específicos para cada tipo de material;

Lavagem geral e completa dos pisos internos, cuidando do fechamento dos ralos quando da remoção de lixo. Não varrer. Desinfecção, higienização do ambiente, superfícies, bancadas, etc;

ANEXO III

RELAÇÃO DOS BENS E UTENSÍLIOS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELA CESSIONÁRIA PARA A LANCHONETE

- 01 (um) freezer vertical demonstrador para armazenagem e refrigeração de refrigerantes, água e sucos
- 04 (quatro) mesas medindo aproximadamente 0,85 x 0,85 m
- 16 (dezesseis) cadeiras
- 01 (um) balcão com tampo em granito ou madeira medindo aproximadamente 0,90 x 0,40m, funciona como caixa
- 01 (uma) Chapa para frituras de hamburgers, ovos e esquentar sanduíches
- 01 (um) fogão a gás com botijão de gás para frituras de salgados
- 01 (um) armário baixo com prateleiras
- 01 (uma) geladeira
- 01 (um) micro-ondas
- 01 (um) espremedor de laranja
- 01 (um) liquidificador

Observação: A relação acima não exclui a responsabilidade da CESSIONÁRIA em disponibilizar quaisquer outros equipamentos que se fizerem necessários ao pleno cumprimento das obrigações assumidas, observadas sempre as disposições legais quanto à segurança e à higiene.

Anexo IV

Modelo de relatório mensal de atendimentos.

Mês de referência	____/2011
-------------------	-----------

Dias do Mês	Vendas diárias/Pessoas atendidas	Observações:
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		

Maceió, _____, 2011

Assinatura do Preposto da empresa

ANEXO V

Processo nº 97.631/2011
Concorrência nº 03/2011

A “*nome da empresa*”, por meio do seu “*representante/departamento*” declara que visitou o espaço físico do restaurante e declara-se ciente das condições de localização e instalações fornecidas para a prestação dos serviços objeto do “*citar nº do edital de licitação*”.

Nome do Preposto da empresa

Anexo VI

Processo nº 97.631/2011
Concorrência nº 03/2011

_____, inscrito no CNPJ nº _____ (ou CPF _____), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Local e data)

Anexo VII

Processo nº 97.631/2011
Concorrência nº 03/2011

PLANILHA DE DADOS DA EMPRESA OU PESSOA FÍSICA E REALIZAÇÃO DE OUTROS ATOS
NECESSÁRIOS

Dados da Empresa/Pessoa Física:

Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
CEP	
Fones:	
Fax	
E-mail	
Site internet	

Dados do Representante da Empresa/Pessoa Física:

Nome	
Cargo	
Nacionalidade	
Estado civil	
Profissão	
Endereço	
CEP	
Fone	
Fax	
E-mail	
Cart. de Identidade	
Órgão Expedidor	
CPF	

Dados Bancários da Empresa/Pessoa Física

Banco	
Agência	
Conta	

Dados do Contato com a Empresa/Pessoa Física:

Nome	
Cargo	
Endereço	
CEP	
Fone	
Fax	
E-mail	

Empresa optante pelo SIMPLES?

() Sim

() Não

ANEXO VIII

Processo nº 97.631/ 2011
Concorrência nº 03/2011

MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE
COM A RESOLUÇÃO CNJ Nº 09/2005 DE 06/12/2005

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____ , inscrita no
CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal
o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de
Identidade nº _____ e do CPF nº _____,
DECLARA, para fins do disposto na Resolução CNJ Nº 09/2005 de
06/12/2005, que a empresa não possui em seu quadro funcional e
que não virá a contratar no decorrer da execução deste Contrato,
cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou
por afinidade, até o terceiro grau, de membros, Juízes e
servidores ocupantes de cargos de direção e assessoramento
vinculados ao TRT da 19ª Região, na forma da Resolução nº 09 do
Conselho nacional da Justiça de 06/12/2005.

.....
(data)

ANEXO IX

**Processo nº. 97.631/2011
Concorrência nº. 03/2011**

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Papel timbrado da empresa)

A empresa _____, CNPJ nº.
_____, sediada _____,
declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem
fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório
nº. 97.631/2011, Concorrência nº. 03/2011 do Tribunal Regional
do Trabalho da 19ª Região, ciente da obrigatoriedade de declarar
ocorrências posteriores.

Local e data,

(assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO X

Processo nº. 97.631/2011

Concorrência nº. 03/2011

(Modelo de proposta)

(De preferência em papel timbrado da empresa contendo razão social do proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e, se houver, endereço eletrônico, para contato, como também nome completo do representante legal que firmará o contrato, com respectiva qualificação, número de RG e CPF, endereço com CEP, telefone, fax e, se houver, endereço eletrônico, para contato)

TABELA DE PREÇO PARA A LANCHONETE DE PORTO CALVO

Itens comercializados pela lanchonete	Preço (R\$)
Água mineral sem gás – garrafa de 500 ml	
Água mineral com gás – garrafa de 500 ml	
Americano	
Bolo simples	
Bolo de chocolate	
Brigadeiro, salgadinho e casadinho	
Café – xícara 50 ml	
Cappuchino – xícara 200 ml	
Chá – xícara 200 ml	
Fruta – unidade (manga, maçã, pêra)	
Iogurte natural – diversos sabores (copo 200 ml)	
Leite com achocolatado xícara 200 ml	
Leite com achocolatado copo 300 ml	
Leite com café copo 300 ml	
Leite puro xícara com 200 ml	
Leite puro - copo 300 ml	
Pão com manteiga	
Pão com ovo e manteiga	
Pudim de leite condensado	
Refresco – copo 300 ml	
Refresco – copo 500 ml	
Refrigerante – lata 350 ml	
Refrigerante 600 ml	
Refrigerante 2,00 litros	
Salada de frutas simples	

Salada de frutas completa	
Salgado – empada de camarão ou de palmito	
Salgados – coxinha, pastel, enroladinho de salsicha, risoli de frango e de carne	
Sanduíche – bauru	
Sanduíche - misto quente	
Sanduíche natural	
Sanduíche queijo quente	
Sanduíche presunto quente	
Suco com leite	
Suco de açaí, cupuaçu ou graviola	
Suco de frutas (polpa ou fruta in natura) – copo 300 ml	
Suco de frutas (polpa ou fruta in natura) – copo 500 ml	
Suco de laranja – copo 300 ml	
Suco de laranja – copo 500 ml	
Suco de diversos sabores – caixinha 200 ml	
Suco misto – copo 300 ml	
Passaporte de carne	
Passaporte de frango	
Pão de queijo	
Torta doce e torteletes	
Vitamina simples – copo 300 ml	
Vitamina simples – copo 500 ml	
PREÇO TOTAL	

a) declaro que os produtos de lanchonete e sobremesas serão vendidos e limitados aos preços de mercado;

b) declaro que tenho plena ciência do recolhimento mensal em favor do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, da importância de **R\$ 110,00 (CENTO E DEZ REAIS)** a título de despesas com consumo de água e energia, bem como o **valor total da conta mensal do telefone (ramal) disponibilizado para dependência da lanchonete;**

c) declaro que terei disponibilidade de equipamentos e pessoal especializado e outros considerados essenciais para o cumprimento do objeto da presente licitação; e

d) declaro que, caso vença a licitação, me comprometo a prestar os serviços em total conformidade com as especificações dos termos do edital e seus anexos.

Prazo de validade da proposta: () dias.

Local, data.

Representante Legal da empresa

**ANEXO XI - MINUTA DE CONTRATO TRT 19ª/AJA nº xxxxx/2011
(Proc. TRT nº 97.631/2011)**

**CONTRATO DE CESSÃO ONEROSA DE
USO DE DEPENDÊNCIA E BENS
DESTINADOS À EXPLORAÇÃO DE
LANCHONETE QUE ENTRE SI
CELEBRAM _____ E O
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA
DÉCIMA NONA REGIÃO.**

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO,
com sede na Av. da Paz nº 2076, inscrito no CNPJ sob o nº
35.734.318/0001-80, neste ato representado por
_____(qualificação), doravante denominado
CEDENTE e, de outro lado, _____, pessoa jurídica de
direito privado, estabelecida na _____, inscrita no CNPJ sob
o nº _____ e Inscrição Estadual sob o nº _____, aqui
denominada CESSIONÁRIA e representada por
_____(qualificação), resolvem firmar o presente negócio
jurídico, com fundamento na Lei 8.666/93, combinada com as demais
normas de direito aplicáveis à espécie e no que consta no processo
administrativo TRT 19ª 97.631/2011, celebrado na modalidade
Concorrência sob o nº 03/2011, pactuando este contrato de Cessão
Onerosa de Uso, mediante as condições constantes das seguintes
cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e
seus sucessores.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente ajuste tem como objeto a Cessão
Onerosa de Uso de área (salão de 8,695m², com capacidade para 16 lugares)
destinados à prestação de serviços de lanchonete, cuja dependência está localizada na
Rodovia AL 101 Norte, s/n, Km 100, Fazenda Breguede, em Porto Calvo/AL, nos
termos e condições estabelecidas neste Contrato e no Edital.

DO OBJETIVO

CLÁUSULA SEGUNDA – Constitui objetivo da presente avença
disponibilizar os serviços de lanchonete aos magistrados, servidores, estagiários,
terceirizados e usuários da CEDENTE, com qualidade e preços compatíveis.

DO PRAZO

CLÁUSULA TERCEIRA – A vigência do Contrato será de 12 (doze)
meses, contados a partir de sua assinatura, podendo, a critério do CEDENTE,
mediante termo aditivo, ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, nos termos do
inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA – A CESSIONÁRIA deverá prestar os serviços de atendimento na lanchonete, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 14:00 horas, sem interrupção, ressalvados os dias em que não houver expediente no CEDENTE, observando, dentre outras, as seguintes condições e características:

I - os serviços compreendem o fornecimento de lanches;

II - os alimentos deverão ser servidos imediatamente após o seu preparo, observadas as LISTAS/CARDÁPIO constantes do Anexo I do edital licitatório, para a lanchonete;

III - o horário de funcionamento da lanchonete poderá sofrer alterações de acordo com a necessidade estabelecida pelo CEDENTE, desde que, previamente informado à CESSIONÁRIA;

IV - o CEDENTE poderá, a seu critério, avisando previamente a CESSIONÁRIA, utilizar o refeitório da lanchonete, fora do horário de lanche, para promover eventos/confraternizações de sua organização;

V - a estimativa de público diário é de 40 (quarenta) usuários para o lanche;

VI - a indicação desse quantitativo não constitui qualquer compromisso presente ou futuro por parte do CEDENTE, que não poderá ser responsabilizada por variações, que possam ocorrer durante a execução do contrato, na quantidade de lanches a serem servidos;

VII - o cardápio deverá ser elaborado pela CESSIONÁRIA, considerando as sugestões contidas no Anexo I do edital licitatório;

VIII - todos os alimentos expostos no balcão de distribuição deverão ser mantidos em temperaturas adequadas ao consumo imediato até o término do horário previsto para os lanches e identificados por meio de placas, etiquetas ou similares;

IX - os itens previstos para o cardápio poderão sofrer alterações, considerando-se a safra de alimentos, as datas comemorativas e a aceitação por parte dos usuários da lanchonete, desde que aprovados pelo Fiscal do Contrato;

X - é terminantemente proibido o uso de descartáveis, exceto os copos para água, refrescos e café;

XI - deverão ser oferecidas, **no mínimo**, bebidas não alcoólicas, refrigerantes em garrafas ou latas e sucos naturais;

XII - a CESSIONÁRIA deverá fornecer, diariamente, **no mínimo**, os itens constantes do **Anexo I** do edital licitatório, podendo suspender o fornecimento daqueles que não tenham aceitação junto aos consumidores ou que se encontrem comprovadamente em falta no mercado, devendo ser providenciado um produto substituto;

XIII - não será permitida a venda ou exposição de bebidas alcoólicas na lanchonete, sob pena de rescisão contratual.

DOS PROFISSIONAIS DA CESSIONÁRIA

CLÁUSULA QUINTA – Para uma execução eficiente dos serviços, conforme experiência anterior, estima-se que a CESSIONÁRIA precisará pelo menos dispor dos seguintes profissionais:

- I - 01 auxiliar de cozinha;
- II - 01 gerente/caixa.

Parágrafo Único – Fica estabelecido que, na execução do objeto, a CESSIONÁRIA observará as regras a seguir:

I – a CESSIONÁRIA deverá apresentar seus empregados quando em horário de trabalho, nas dependências da CEDENTE, devidamente identificados, mediante uso permanente de crachás, uniformizados, permanentemente limpos, asseados, quer no aspecto pessoal quer no vestuário e calçado, substituindo-se aquele que se encontrar fora dos padrões, por solicitação do Fiscal do Contrato;

II - a CESSIONÁRIA deverá fornecer uniforme padronizado aos seus empregados que contenha: gorro ou rede para o cabelo, calça comprida ou saia na altura do joelho, camisa ou blusa, toucas, aventais de plástico e de tecido, luvas, máscaras, sapatos, botas;

III - a CESSIONÁRIA deverá manter pessoal para atender a demanda, sem interrupções, seja por motivo de férias, licença, falta ao serviço, demissão de empregado, ou por qualquer outra razão, mantendo-se sempre o número de empregados suficiente à execução dos serviços;

IV - a CESSIONÁRIA deverá ressarcir os eventuais prejuízos causados ao TRT da 19ª Região e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, na execução dos serviços;

V - a CESSIONÁRIA deverá adotar os critérios de segurança da legislação vigente, tanto para seus empregados, quanto para a execução dos serviços;

VI - a CESSIONÁRIA deverá fornecer ao fiscal do contrato, sempre que solicitado, os documentos que comprovem todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII - a CESSIONÁRIA deverá fornecer ao fiscal do contrato, até o décimo dia útil após a assinatura do contrato, a lista de seus empregados e respectivos contratos de trabalho (carteira de trabalho), bem como informar qualquer alteração nos contratos de trabalho de seus empregados e contratação de novo empregado. Entenda-se por empregado da CESSIONÁRIA todo aquele que trabalhe voltado para o objeto deste Contrato;

VIII - o CEDENTE poderá requerer, a qualquer momento, que a CESSIONÁRIA apresente cópia dos contracheques de todos os seus empregados, recibo de vale-transporte, certidão de recolhimento do FGTS e outros documentos;

IX - A CESSIONÁRIA é responsável por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços objeto do Contrato, ficando, ainda, o CEDENTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

OUTROS ENCARGOS DA CESSIONÁRIA

CLÁUSULA SEXTA - Caberá à CESSIONÁRIA:

I - afixar, em local visível, ou seja, na entrada da lanchonete e junto ao balcão de atendimento, a tabela de preços de todos os produtos comercializados, a qual deverá ser impressa, tipo cartaz;

II - utilizar em todas as mesas toalhas brancas em tecido liso de boa qualidade, guarnecidas com recipientes apropriados, sal de cozinha, palitos embalados individualmente, azeite de oliva, vinagre, molho de pimenta e guardanapos;

III - substituir, sempre que houver necessidade, todas as toalhas, sendo a lavagem dessas toalhas efetuada por conta da CESSIONÁRIA e, obrigatoriamente, fora das dependências da CEDENTE;

IV - efetuar o abastecimento dos alimentos somente pela entrada ao lado, cujo acesso dar-se-á pela parte lateral do prédio, a partir das 7h30min;

V - utilizar, exclusivamente, as áreas de serviço do edifício para o transporte de materiais;

VI - efetuar o acondicionamento do lixo em sacos plásticos próprios e perfeitamente vedados, e retirá-los diariamente de acordo com as normas sanitárias vigentes, no horário compreendido entre 14:00 às 16:00 horas;

VII - manter o padrão de qualidade das refeições e de atendimento pessoal, desde o primeiro até o último dia de vigência do contrato;

VIII - aceitar que, por conveniência administrativa, o CEDENTE possa alterar a qualquer época a localização das instalações, aumentar ou diminuir a área ocupada, desde que, comunicando a CESSIONÁRIA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

IX - credenciar, por escrito, junto ao CEDENTE, um preposto idôneo, com experiência no ramo e com poderes para representar a cessionária em tudo que se relacione à execução dos serviços;

X - fornecer todos os utensílios necessários ao perfeito funcionamento do restaurante e lanchonete, devendo tais utensílios serem novos;

XI - repor, com qualificação idêntica ou superior, bem patrimonial desaparecido ou com defeito insanável, decorrente do uso inadequado ou por falta de manutenção, que esteja sob a guarda e responsabilidade da CESSIONÁRIA;

XII - somente retirar qualquer bem móvel ou equipamento de propriedade da CEDENTE, mediante autorização expressa da área responsável do CEDENTE;

XIII - preparar os lanches (sanduíches) na hora, nas dependências da lanchonete, devendo ser entregues aos usuários devidamente acondicionados em sacos de papel apropriados ou envolvidos em embalagens especiais;

XIV - prover-se de suficiente retaguarda de troco para atender prontamente aos consumidores;

XV - responsabilizar-se pelo cumprimento fiel do que estabelecem as cláusulas e condições do Contrato a ser firmado, de forma que os serviços a serem executados mantenham um alto nível de qualidade;

XVI - dispor de profissionais uniformizados e em número suficiente para atendimento nos horários de maior procura da lanchonete, devendo sempre dispensar atendimento cordial, rápido e eficiente;

XVII - fornecer uniformes aos seus empregados devidamente limpos e bem passados, portando crachá de identificação, em totais condições de higiene quer no aspecto pessoal, quer no aspecto vestuário e calçado, mantendo necessariamente, o rosto barbeado, unhas e cabelos curtos ou presos e proteção para os cabelos, não utilizando anéis, pulseiras etc;

XIX - manter quantidades suficientes de alimentos para o atendimento dos cardápios pré-estabelecidos, de forma que, durante o horário de funcionamento, não falte nenhum dos itens das tabelas divulgadas, zelando sempre pela boa qualidade dos produtos adquiridos e comercializados, utilizando matérias-primas adequadas, observando o padrão de qualidade quanto aos critérios organolépticos, higiênico-sanitários e nutricionais;

XX - manter, durante a execução do contrato, todas as condições de higiene, qualidade e validade dos alimentos, exigidas na licitação, disponibilizando todo o ferramental necessário para a execução dos serviços, apresentando, sempre que solicitado pela CEDENTE, documentos que comprovem a procedência dos alimentos e utensílios utilizados;

XXI - manter para a execução dos serviços, empregados devidamente registrados e de comprovada idoneidade moral e capacidade profissional, mantendo as carteiras de saúde dos seus empregados devidamente atualizadas e, igualmente, se responsabilizando por todos os impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas. Apresentar, quando do início das atividades, Carteira de Saúde dos empregados envolvidos na prestação dos serviços, **cuja validade será de 6 (seis) meses**, devendo ser renovada a cada período;

XXII - providenciar para que todos os funcionários tenham comprovadamente participado de treinamento específico na sua área de atuação;

XXIII - respeitar as normas e procedimentos da CEDENTE, quanto à segurança interna (entrada e saída de pessoal e material), além de respeito às normas de segurança do trabalho, ficando o acesso dos empregados da CESSIONÁRIA, restrito a dependências da lanchonete, responsabilizando-se pelas conseqüências que advier de qualquer transgressão das normas em vigor;

XXIV - utilizar as instalações e os equipamentos fornecidos, exclusivamente no cumprimento do objeto pactuado;

XXV - ressarcir ao CEDENTE, a título de despesas com o consumo de água e energia elétrica, mensalmente, até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação feita pelo Fiscal do Contrato, o valor mensal de **R\$ 110,00 (cento e dez reais)**;

XXVI - o valor mensal a título de ressarcimento de despesas com consumo de água e energia elétrica será reajustado anualmente de acordo com a variação do IGPM, tomando-se como índice inicial aquele vigente no mês anterior ao da celebração do contrato e como índice final o vigente no mês anterior ao do reajuste devido;

XXVII - o valor mensal a título de ressarcimento de despesas com consumo de água e energia elétrica será recolhido por Guia de Recolhimento da

União-GRU, devendo a CESSIONÁRIA entregar a cópia do comprovante do recolhimento ao Fiscal do Contrato;

XXVIII - arcar com as despesas de consumo de gás, ficando o seu abastecimento, controle e estoque sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;

XXIX - sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da autoridade encarregada de acompanhar a execução dos serviços, com acompanhamento da Secretaria Administrativa do CEDENTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

XXX - cumprir todas as normas regulamentares sobre higiene, medicina e segurança do trabalho, responsabilizando-se por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem, e pela observância das demais exigências legais para o exercício da atividade;

XXXI - assegurar que os empregados cumpram as regras de higiene e identificação, substituindo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, aquele cuja conduta, a juízo do CEDENTE, seja inconveniente ou inadequada à perfeita execução dos serviços;

XXXII - prestar os serviços dentro dos parâmetros de qualidade e higiene fixados pelos órgãos de fiscalização sanitária competentes, com especial atenção aos termos da Resolução ANVISA RDC Nº 216, de 15/09/2004, disponibilizando materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas;

XXXIII - facilitar à fiscalização de órgãos de vigilância sanitária, no cumprimento de normas, cientificando a cedente do resultado das inspeções;

XXXIV - utilizar produtos de limpeza adequados à natureza dos serviços, tais como: detergente com alto poder bactericida, para a ampla higienização do ambiente, equipamentos e utensílios de cozinha, bem como das mãos dos funcionários que manipulam alimentos;

XXXV - manter todas as áreas do salão, cozinha e depósito, no mais rigoroso padrão de higiene, limpeza e arrumação;

XXXVI - manter sob rigoroso processo de higienização e conservação as bandejas, pratos e talheres, visando à garantia da sanidade microbiológica dos mesmos;

XXXVII - providenciar, junto aos órgãos competentes, a obtenção de licenças, autorização de funcionamento e alvará, para o exercício de suas atividades comerciais;

XXXVIII - realizar dedetização e desratização a cada 6 (seis) meses, ou períodos inferiores, por solicitação da CEDENTE, caso as instalações apresentem-se infestadas com insetos e/ou pragas. A dedetização deverá ser feita no final do expediente de sexta-feira, devendo sofrer faxina geral, no fim de semana, para retirada dos insetos mortos e asseio das instalações. A dedetização e a faxina deverão ser acompanhadas por servidor especialmente designado pela CEDENTE;

XXXIX – corrigir, no prazo determinado pelo CEDENTE, as eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, a partir da ocorrência verificada pelo Fiscal do Contrato;

XL - fornecer notas fiscais ou documentos equivalentes, a todos os consumidores dos seus produtos, quando solicitado;

XLI - não veicular publicidade acerca do Contrato, sem a anuência da CEDENTE.

XLII - refazer ou substituir, no todo ou em parte, os alimentos constantes do cardápio do dia, considerados pelo fiscal do Contrato sem condições de serem consumidos;

XLIII - realizar as benfeitorias que julgar necessárias, **somente mediante autorização do CEDENTE**, ficando incorporadas ao imóvel, sem que assista à CESSIONÁRIA o direito de retenção ou indenização sob qualquer título;

XLIV - manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas assegurando que os empregados cumpram as regras de higiene e identificação, substituindo aquele cuja conduta, a juízo do CEDENTE, se evidencie inconveniente ou inadequada à perfeita execução dos serviços;

XLV - responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração e a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo ou pela ação de seus empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e o acompanhamento do CEDENTE;

XLVI - **não subconceder ou subcontratar**, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato;

XLVII - aceitar como forma de pagamento dos serviços de lanchonete, dinheiro ou cartão magnético de débito ou crédito e/ou cartão refeição;

XLVIII - manter os alimentos em temperaturas adequadas ao consumo imediato até o último minuto do horário previsto para as refeições;

XLIX - **ressarcir ao CEDENTE, mensalmente**, até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação feita pelo Fiscal do Contrato, **o valor correspondente ao total da conta de telefone** de sua propriedade, instalado no restaurante/lanchonete. Não será cobrado ao CESSIONÁRIO valor referente a aluguel pela área cedida.

Parágrafo Único - Para o funcionamento da Lanchonete, a CESSIONÁRIA deverá seguir os procedimentos mínimos e básicos de higiene constantes no Anexo II do edital.

DOS ENCARGOS SOCIAIS

CLÁUSULA SÉTIMA – À CESSIONÁRIA caberá, ainda:

I - assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus funcionários não manterão nenhum vínculo empregatício com o CEDENTE;

II - assumir, também, as responsabilidades por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus funcionários no desempenho das suas funções.

Parágrafo Único - O inadimplemento das obrigações da CESSIONÁRIA, com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, não transfere à Administração do CEDENTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.

ENCARGOS DO CEDENTE

CLÁUSULA OITAVA – Caberá ao CEDENTE:

I - comunicar à CESSIONÁRIA toda e qualquer ocorrência relacionada à execução dos serviços contratados;

II - proporcionar as facilidades para que a CESSIONÁRIA possa executar seus serviços, dentro das normas do Contrato, prestando as informações e os esclarecimentos solicitados pela CESSIONÁRIA;

III - fiscalizar a execução dos serviços e o fornecimento da alimentação objeto deste ajuste, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;

IV - acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, através de servidor especialmente designado que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo;

V - examinar, a qualquer tempo, a quantidade e a qualidade dos lanches preparados pela CESSIONÁRIA por meio do Setor de Saúde da CEDENTE/por meio da contratação de terceiros nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

VI - verificar diariamente as condições e higiene, limpeza e asseio dos equipamentos onde são servidos os alimentos, bem como de todas as instalações;

VII - designar servidor para acompanhar a execução do contrato bem como a dedetização e a faxina geral, que deverão ocorrer fora do expediente ou durante o fim de semana;

VIII - exigir o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado ou preposto que não mereça confiança na execução dos serviços ou que produza complicações para a fiscalização, ou, ainda, que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

IX - rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

X - realizar pesquisa de opinião da clientela do restaurante e da lanchonete, visando apurar o grau de satisfação dos usuários sobre os serviços prestados, sugerindo alterações ou remoção dos itens abaixo da expectativa;

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA NONA – São atribuições do Fiscal do Contrato:

I - encaminhar à Secretaria Administrativa os documentos com as ocorrências que impliquem possíveis sanções à CESSIONÁRIA;

II - solicitar à CESSIONÁRIA e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento da avença;

III - verificar a conformidade da execução dos serviços com os procedimentos e equipamentos empregados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

IV - assegurar-se de que o número de empregados alocados ao serviço pela CESSIONÁRIA é suficiente para o seu bom desempenho;

V - documentar as ocorrências havidas, em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da CESSIONÁRIA;

VI - fazer vistorias periódicas no local de preparo, acondicionamento e onde são servidas os lanches, relatando o que julgar necessário;

VII - propor, quando julgar necessário, vistoria a ser realizada pela Saúde Pública, bem como relatar à autoridade do órgão as ocorrências que exijam intervenção dela;

VIII - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato observando as responsabilidades da CESSIONÁRIA, bem assim indicar as ocorrências verificadas.

DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA – O CEDENTE poderá realizar, periodicamente, pesquisa de satisfação com o objetivo de avaliar a qualidade do serviço prestado pela empresa vencedora, onde cada item será avaliado como ótimo, bom, regular, ruim e péssimo, observando, ainda, os seguintes parâmetros:

I - a pesquisa de satisfação será efetiva por meio de entrevista a clientela que utilize os serviços do restaurante do CEDENTE;

II - a pesquisa de satisfação deverá avaliar os seguintes aspectos:

- a) qualidade dos lanches;
- b) qualidade dos sucos;
- c) variedade do cardápio;
- d) presteza no atendimento;
- e) limpeza do ambiente;
- f) preço, em relação a qualidade dos produtos e serviços oferecidos;
- g) nível geral de satisfação;
- h) outros aspectos necessários.

III - os itens das pesquisas de satisfação serão considerados insatisfatórios quando o somatório de péssimo, ruim e metade de regular for igual ou maior que 50% (cinquenta por cento);

IV - a pesquisa de satisfação será considerada satisfatória quando todos os itens forem satisfatórios, isto é, obtiverem somatório de ótimo, bom e metade de regular acima de 50% (cinquenta por cento);

V - sempre que o resultado de cada pesquisa de satisfação for insatisfatório, a Administração deverá:

- a) indicar a empresa CESSIONÁRIA os itens insatisfatórios;
- b) solicitar a imediata melhoria dos itens em questão.

VI - o período entre duas avaliações não poderá ser inferior a 03 (três) meses.

DO RESULTADO DA PESQUISA DE SATISFAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da pesquisa de satisfação poderá decorrer:

I - caso a pesquisa de satisfação apresente resultado satisfatório a empresa CESSIONÁRIA continuará com a cessão até a realização de uma nova pesquisa ou o fim da vigência do contrato;

II - caso a pesquisa de satisfação apresente resultado insatisfatório:

a) em até 03 (dois) itens, será encaminhada comunicação formal a fim de obter a imediata resolução dos problemas apresentados;

b) acima de 04 (três) itens, a administração aplicará advertência à empresa CESSIONÁRIA;

c) de 05 (seis) a 07 (sete) itens, a Administração poderá aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do faturamento mensal estimado, conforme especificado no Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Quinta;

d) de 08 (oito) a 10 (dez) itens, a administração poderá aplicar multa de 7% (sete por cento) sobre o valor do faturamento mensal estimado, podendo rescindir o Contrato;

III - caso haja reincidência de pesquisa de satisfação, em período inferior a 12 (doze) meses, com resultado insatisfatório:

a) o CEDENTE aplicará advertência à empresa CESSIONÁRIA;

b) de 04 (três) a 06 (cinco) itens, o CEDENTE poderá aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do faturamento mensal estimado, conforme especificado no Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Quinta.

c) de 07 (seis) a 10 (dez) itens, o CEDENTE poderá aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do faturamento mensal estimado, podendo rescindir o Contrato;

III - Após a aplicação de 02 (duas) advertências em um período inferior a 12 (doze) meses o cedente aplicará multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do faturamento mensal estimado;

IV - Após a aplicação de 03 (três) multas em um período inferior a 12 (doze) meses a Administração poderá rescindir o Contrato.

DO RESSARCIMENTO E SUA COMPROVAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A CESSIONÁRIA obriga-se a ressarcir ao CEDENTE mensalmente, em até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação feita pelo Fiscal do Contrato:

I - o valor mensal de **R\$ 110,00 (cento e dez reais)**, a título de despesas com o consumo de água e energia elétrica;

II - o valor correspondente ao total da conta de telefone de propriedade do CEDENTE, instalado no restaurante/lanchonete.

Parágrafo Primeiro - O valor mensal devido será efetivamente aferido a partir da emissão das respectivas faturas, devendo a CESSIONÁRIA entregar a cópia do comprovante do recolhimento ao Fiscal do Contrato.

Parágrafo Segundo - Não será cobrado ao CESSIONÁRIO valor referente a aluguel pela área cedida.

DO PREÇO E DO REAJUSTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O objeto será contratado por item ofertado na proposta da CESSIONÁRIA, que será fixo e irrevogável por um período de 12 (doze) meses, quando então se promoverá a sua correção de acordo com a variação do Índice Geral de Preços (IGP) – Coluna 2 – DI, da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se como índice inicial aquele vigente no mês anterior ao da celebração do contrato e como índice final o vigente no mês anterior ao do reajuste devido.

Parágrafo Único - O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Pelo descumprimento total ou parcial do objeto deste ajuste e/ou pelo retardamento da sua execução a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CESSIONÁRIA as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multas de até:

b.1) 1% (um por cento) sobre o valor mensal estimado do Contrato, por descumprimento do cardápio previsto, no caso de reincidência após ser alertada pelo Fiscal do Contrato;

b.2) 2% (dois por cento) sobre o valor mensal estimado do Contrato, por danos causados ao patrimônio da CEDENTE sob responsabilidade da CESSIONÁRIA, sem prejuízo das indenizações cabíveis;

b.3) 5% (cinco por cento) sobre o valor mensal estimado do Contrato, por dia de interrupção da prestação dos serviços;

b.4) 1% (um por cento) sobre o valor mensal estimado do Contrato, por qualquer infração às disposições do edital ou às cláusulas ou condições contratuais, salvo nas hipóteses para as quais se tenha fixado penalidade específica;

c) multas, atreladas aos resultados da pesquisa de satisfação, regulada na Cláusula Décima Primeira deste ajuste;

d) suspensão temporária do direito de participar, por um prazo de até 02 (dois) anos, em licitação e impedimento de contratar com a CEDENTE; e

e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a CEDENTE que aplicou a penalidade, que será cedida sempre que o contratado ressarcir a CEDENTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

Parágrafo Primeiro - A aplicação das sanções previstas neste ajuste não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas no edital e na Lei nº 8.666/1993, inclusive a responsabilização da CESSIONÁRIA por eventuais perdas e danos causados à CEDENTE.

Parágrafo Segundo - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela CEDENTE.

Parágrafo Terceiro - As sanções previstas neste ajuste são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo Quarto - Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na execução dos serviços advier de caso fortuito ou de força maior.

Parágrafo Quinto - A atuação da CESSIONÁRIA no cumprimento das obrigações assumidas será registrada no Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, conforme determina o §2º do art. 36 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Sexto - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CESSIONÁRIA o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Sétimo - Para fins de aplicação das penalidades, considerar-se-á o valor mensal estimado de R\$ 1.760,00 (um mil e setecentos reais), que corresponde à previsão de 440 lanches/mês, ao valor estimado médio, por lanche, de R\$ 4,00 (quatro reais) /por usuário, perfazendo o valor anual estimado de R\$ 21.120,00 (vinte e um mil, cento e vinte reais).

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

Parágrafo único - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – O presente ajuste vincula-se ao instrumento convocatório pertinente em todos os seus termos e à proposta da CESSIONÁRIA, sendo os casos omissos resolvidos de acordo com a legislação aplicável à espécie.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Em cumprimento ao disposto no art. 61, § único da Lei nº 8.666/93 incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste ajuste e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – É competente o foro do Juízo Federal da Seção Judiciária de Maceió(AL), para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente ajuste.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado, assinam o presente, em cinco vias de igual teor e forma, para que produza seus legais e jurídicos efeitos.

Maceió, de de .

CEDENTE

CESSIONÁRIA